

STJ00047679

ORLANDO GOMES

106951 -



DIREITO DE FAMÍLIA

14ª edição

Revista e atualizada por Humberto Theodoro Júnior



Rio de Janeiro
2002

SUMÁRIO

<i>Obras do Autor</i>	VII
<i>Nota Prévia</i>	IX
Capítulo I – Direito de Família	1
Capítulo II – A Reforma do Direito de Família	17
Capítulo III – A Família	33
Capítulo IV – Casamento	55
Capítulo V – Casamento Religioso	67
Capítulo VI – Pressupostos e Requisitos do Casamento	77
Capítulo VII – Impedimentos Matrimoniais	91
Capítulo VIII – Forma e Prova do Casamento	105
Capítulo IX – Invalidade do Casamento	117
Capítulo X – Efeitos do Casamento	131
Capítulo XI – Direitos e Deveres do Marido	141
Capítulo XII – Direitos e Deveres da Mulher	151
Capítulo XIII – Regimes Matrimoniais de Bens	173
Capítulo XIV – Regime Legal da Comunhão Parcial	183
Capítulo XV – Regime da Comunhão Universal de Bens	195
Capítulo XVI – Regime da Separação. Regime Dotal	201
Capítulo XVII – Dissolução da Sociedade Conjugal	207
Capítulo XVIII – Separação	211
Capítulo XIX – Causas da Separação	237
Capítulo XX – Efeitos da Separação	253
Capítulo XXI – Conversão da Separação em Divórcio	273
Capítulo XXII – Divórcio	285
Capítulo XXIII – Separação de Fato	303
Capítulo XXIV – Parentesco	311
Capítulo XXV – Filiação Legítima	321
Capítulo XXVI – Legitimação	331
Capítulo XXVII – Filiação Natural	339
Capítulo XXVIII – Filiação Espúria	359
Capítulo XXIX – Filiação Adotiva	369
Capítulo XXX – Adoção Plena	379
Capítulo XXXI – Pátrio-Poder	389
Capítulo XXXII – Tutela	401
Capítulo XXXIII – Curatela	417
Capítulo XXXIV – Alimentos	427
Índice Alfabético-Remissivo	449
Índice Analítico	457

ÍNDICE ANALÍTICO

<i>Sumário</i>	V
<i>Obras do Autor</i>	VII
<i>Nota Prévia</i>	IX

Capítulo I

DIREITO DE FAMÍLIA

1. <i>Conceito</i> – Normas que compreende. Sentido da palavra família. Família legítima. Limitação do grupo familiar. Natureza das normas de direito de família.	1
2. <i>Divisão</i> – Direito matrimonial. Direito parental. Direito assistencial. Compreensão e subdivisão do direito matrimonial. Abrangência do direito parental. Proteção à família	2
3. <i>Particularismo dos direitos de família</i> – A relação poder-dever. Direito de família puro e aplicado. Particularidade do exercício. Irrenunciabilidade	3
4. <i>O direito de família na classificação geral do Direito</i> – Qualificação morfológica: direito privado. Direito de Família e direito público, afinidades. Direito social. Inadmissibilidade da sua autonomia.	5
5. <i>Caracteres</i> – Direitos extrapatrimoniais. Intransmissibilidade. Direitos e poderes. Direitos patrimoniais. Direitos potestativos de família	8
6. <i>Fontes</i> – Fontes históricas, o direito canônico e o direito português. Fontes formais, o Código Civil e a legislação extravagante	9
7. <i>Rumos da transformação da família</i> – Rumos da transformação da família moderna, a estatização, a retração, a proletarianização, a democratização, a desencarnação e a dessacralização	12

Capítulo II

A REFORMA DO DIREITO DE FAMÍLIA

8. <i>Evolução da família moderna</i> – O governo da família. A zona do não-direito. O Código Civil	17
9. <i>O direito de família da ordem privada</i> – Rupturas sistemáticas. O despotismo patriarcal. Casamento civil. Família natural	19
10. <i>Modificação de conceitos e substituição de princípios</i> – Conceito e composição da família. Posições jurídicas. “Ratio” do casamento. Igualdade dos cônjuges e dos filhos de toda espécie	21
11. <i>Modificação do conceito de família</i> – Família legítima. Natureza da família; teorias. Intervenção do Estado	22

12.	<i>Substituição da "ratio" da vida conjugal – A "affectio". Consequências. Separação. Divórcio.</i>	23
13.	<i>Paridade dos cônjuges e igualdade de todos os filhos – Extinção do poder marital. Orientação paritária. Novas normas</i>	24
14.	<i>Crise da família – A filiação. Inovações. Sugestões</i>	27

Capítulo III

A FAMÍLIA

15.	<i>Acepções da palavra – No direito romano. No direito moderno, acepções lata e estrita. Fontes, a família legítima. Família natural. Descendência.</i>	33
16.	<i>Definição – Regras sobre o constituição, organização e dissolução da família. Estrutura jurídica, critérios para defini-la. Critério sucessorial. Critério da legitimidade. Critério da autoridade.</i>	34
17.	<i>Natureza jurídica – Tendência para lhe atribuir personalidade jurídica. Direitos do grupo familiar, direito ao nome patronímico, direito à sepultura, direito aos abonos de família. Oposição à tese da família-pessoa jurídica. A família como sociedade.</i>	36
18.	<i>Evolução – A família no Direito Romano, "status familiae", o pater familias; filiação. Influência do Direito Canônico, nas condições para casar, nos efeitos do casamento, na indissolubilidade do vínculo. A Escola de Direito Natural. O Código de Napoleão. A família moderna</i>	39
19.	<i>Família legítima e ilegítima – Normas dirigidas à família legítima. Relações extramatrimoniais. Família ilegítima, união livre, família natural</i>	42
20.	<i>Concubinato e realidade natural do casamento – Disciplina legislativa do concubinato. Fatores da nova política legislativa. Vontade inicial e vontade contínua na união conjugal, a coesão do grupo; intervenção do juiz. Nova realidade do casamento e escopo do direito matrimonial.</i>	43
21.	<i>Legitimação das uniões estáveis – Interesse do Estado moderno. Reconhecimento dos filhos ilegítimos. Direitos da companheira.</i>	44
22.	<i>Efeitos jurídicos do concubinato – Fundação de famílias estáveis sem casamento. Multiplicação de concubinatos pela recusa de lhes atribuir efeitos jurídicos.</i>	46
23.	<i>Relações entre concubinos – Relações pessoais; liberdade de rompimento, inexistência da presunção de paternidade. Relações patrimoniais, responsabilidade do amásio. Existência de uma sociedade de fato.</i>	48
24.	<i>Política legislativa quanto à família natural – Sentido de sua disciplina legislativa, limite da organização. Particularidades influentes no tratamento legal do concubinato</i>	53

Capítulo IV

CASAMENTO

25.	<i>Conceito – Definição pelo fim. Essência do matrimônio. Definição de Modestino e de Portalis. Definição de Sá Pereira e Clóvis Beviláqua. Aspectos ético e social do casamento. Sentidos do vocábulo "casamento"</i>	55
26.	<i>Natureza – Instituto de direito privado ou de direito público? Contrato ou negócio jurídico de outra espécie? A tese publicista, refutação. A tese contratualista, reação. Casamento: negócio complexo, acordo, ato-condição. Teorias anticontratualistas, a teoria da instituição. Natureza contratual do casamento.</i>	56

27.	<i>Caracteres</i> – Ato pessoal. Ato civil. Ato solene, formalidades, celebração.	61
28.	<i>Princípios do Direito Matrimonial</i> – O princípio da livre união. O princípio da monogamia. O princípio da indissolubilidade do vínculo. A comunidade indivisa. . . .	61
29.	<i>Casamento civil e religioso</i> – Casamento civil: subsidiário, eletivo, obrigatório. Casamento religioso com ou sem efeitos civis. Regência do casamento religioso de efeitos civis.	62
30.	<i>Fins do casamento</i> – A vida em comum. Legalização das relações sexuais. Procriação. Fins primários e secundários. Constituição de uma família legítima.	64

Capítulo V

CASAMENTO RELIGIOSO

31.	<i>Influência do direito canônico</i> – O Concílio de Trento. Interesse de conhecer os princípios fundamentais do direito canônico. Diferenças.	67
32.	<i>Concepção canônica do matrimônio</i> – O casamento como contrato. Validade, a consumação. Caráter sacramental.	68
33.	<i>Finalidade do matrimônio</i> – Fins primários e secundários. Procriação. “Remedium concupiscentiae” e “mutuum auxilium”. A indissolubilidade do vínculo.	69
34.	<i>Requisitos para a validade do matrimônio</i> – Requisitos de direito natural e de direito positivo. Requisitos de direito natural, capacidade natural, capacidade sexual. Inexistência de vínculo matrimonial; o privilégio paulino. “Impotência coendi”. Requisitos do direito positivo, idade núbil, votos.	69
35.	<i>Impedimentos matrimoniais</i> – Noção. Impedimentos dirimentes. Impedimentos de direito divino e direito eclesiástico. Impedimentos de grau maior e de menor. Impedimentos absolutos e relativos. Consanguinidade, afinidade, “publica honestas”, “cognatio spiritualis”, “cognatio legalis”, “disparitas cultus”, “raptus”, adultério. Impedimentos impeditivos “votum simplex” e “mixtum religio”. “Impedimentum ordinis sacri” e “profectio religiosa solemnitas”.	70
36.	<i>Celebração do casamento</i> – Formalidades preliminares. A cerimônia, fórmula sacramental. Anotação. Condição do oficiante, valor do consentimento.	72
37.	<i>Efeitos do casamento</i> – Criação de vínculo perpétuo e exclusivo. Satisfação do débito conjugal. Educação da prole. Legitimidade dos filhos.	73
38.	<i>Separação conjugal</i> – “Divortium quoad thorum et mensa”. Separação consensual, culposa, temporária, permanente. Causa de separação. Quem deve pronunciar.	74
39.	<i>Nulidade e convalidação</i> – Inexistência da distinção entre casamentos nulos e anuláveis. Convalidação de casamentos nulos, “convalidatio simplex” e “sanatio in radice”. . . .	75

Capítulo VI

PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO CASAMENTO

40.	<i>Classificação</i> – Condições necessárias à sua validade. Condições necessárias à sua regularidade. Diversidade de sexo, consentimento, celebração por autoridade competente. Capacidade. Impedimentos.	77
41.	<i>Pressupostos de existência jurídica</i> – Inexistência jurídica. Omissão e nulidades textuais. Caracteres da inexistência. Diversidade de sexo, hermafroditia. Falta de consentimento, demência, embriaguez, hipnose. Juiz incompetente e juiz sem jurisdição.	78

42.	<i>Pressupostos de validade</i> – Condições naturais de aptidão e condições de ordem moral e social. Condições de aptidão física; puberdade; potência; sanidade. Condições de aptidão intelectual, capacidade natural, consentimento íntegro. Condições de ordem moral, parentesco, casamento. Vícios de consentimento	80
43.	<i>Puberdade</i> – Capacidade nupcial. Idade núbil. Casamento antecipado. Anulação do casamento por defeito de idade.	81
44.	<i>Aptidão física</i> – A potência. Defeito físico irremediável: “Impotentia coendi” e “impotentia generandi”	82
45.	<i>Sanidade</i> – Exame pré-nupcial, métodos: individualista e autoritário. Sistema francês. Exigência excepcional de exame pré-nupcial.	82
46.	<i>Consentimento íntegro</i> – Vícios. O erro. A coação. “Vis compulsiva”, impedimento matrimonial. Temor reverencial. Temor “ab intrínseco”. Rapto	84
47.	<i>Erro essencial</i> – Teoria geral do erro e o erro no casamento; diversidade de critérios. Erro essencial, “error in persona”. Interpretação desse vício. Erro sobre qualidades pessoais	85
48.	<i>O erro no direito positivo</i> – Método casuísta. Casos. Identidade civil. Honra e boa fama. Ignorância de crime inafiançável. Defloração. Defeito físico irremediável. Moléstia grave e transmissível. Erro de direito. Prazo de decadência.	87
49.	<i>Condições de ordem moral e social</i> – Impedimento de casamento. Impedimento de parentesco. Adultério. Homicídio e tentativa	89
50.	<i>Requisitos formais</i> – Condições extrínsecas. Solenidade do ato. Formalidades, inobservância, consequências. Defeito de forma, inexistência	90

Capítulo VII

IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS

51.	<i>Conceito</i> – Impedimentos e pressupostos de validade. Incapacidade especial. Legitimação. Crítica à doutrina de impedimentos.	91
52.	<i>Classificação</i> – Impedimentos dirimentes e proibitivos. Impedimentos públicos e privados. Impedimentos impeditivos. Impedimentos, dirimentes públicos, de parentesco, de vínculo, de adultério, de crime. Impedimentos dirimentes privados, erro, coação, ausência de consentimento, idade. Impedimentos proibitivos, prazo de viuvez, falta de inventário.	92
53.	<i>Parentesco</i> – Impedimento de consangüinidade. Impedimento de afinidade. Impedimento de adoção. Incesto. Impedimento entre ascendentes e descendentes e entre colaterais. Parentesco legítimo e ilegítimo. Inexistência entre cunhados. Padrasto e enteada. Proibição oriunda do vínculo de adoção	94
54.	<i>Bigamia</i> – Impedimento de vínculo. Nulidade do novo casamento. Cônjuges judicialmente separados. Cônjuge ausente	97
55.	<i>Impedimento de adultério</i> – Condenação do cônjuge adúltero. Razões para ser eliminado o impedimento.	98
56.	<i>Impedimento de crime</i> – Necessidade da condenação. Conjugicídio. Crime cometido para tornar viável o casamento com o sobrevivente.	99
57.	<i>Impedimentos dirimentes privados</i> – Classificação forçada. A idade. Consentimento paterno e do tutor. Forma do consentimento. Falta, consequência.	99
58.	<i>Impedimentos proibitivos</i> – Enunciação. Sanções. O prazo de viuvez	101

59.	<i>Oposição dos impedimentos</i> – Oposição, noção, fim, forma. Processo. Efeitos. Quem decide.....	102
-----	---	-----

Capítulo VIII

FORMA E PROVA DO CASAMENTO

60.	<i>Espécies</i> – Formalidades preliminares e concomitantes. Processo de habilitação. Celebração do casamento	105
61.	<i>Formalidades preliminares</i> – Habilitação. Publicação dos editais. Registro dos editais. Em que consiste a habilitação, documentos. Proclamas	105
62.	<i>Proclamas</i> – Quem são. Publicação. Prazo. Dispensa, quando se admite. Registro ...	106
63.	<i>Formalidades concomitantes</i> – Exigência “ad pompam et solemnitem”. A celebração do casamento, atos essenciais. Presença simultânea dos contraentes. Manifestação do consentimento. Participação do juiz	107
64.	<i>Forma da celebração</i> – Onde se realiza. Dia e hora. Simplicidade da cerimônia. Declaração do juiz. Assento no livro de registro, dados obrigatórios. Testemunhas ...	108
65.	<i>Valor da declaração do juiz</i> – A intervenção do juiz. Emissão de declaração, co-participação ativa. Valor substancial da declaração do juiz. Negócio complexo. Natureza constitutiva da declaração. Falta de declaração.	109
66.	<i>Motivos de suspensão da cerimônia</i> – Recusa de consentir. Declaração de que a vontade não é livre. Arrependimento. Oposição de impedimento. Retratação de consentimento paterno. Prazo para a realização de nova cerimônia	111
67.	<i>Formas excepcionais de casamento</i> – Casamento em caso de moléstia grave. Casamento “in extremis”. Urgência. Lavratura de termo avulso. Testemunhas. Casamento nuncupativo ou “in articulo mortis”. Confirmação.	112
68.	<i>Casamento por procuração</i> – Que é. Inexistência de justificativa. Poderes especiais e fim específico. Indicação do nome do outro contraente. Prazo de validade. Revogabilidade. Procurador ou nuncio?	113
69.	<i>Prova de celebração</i> – Certidão do registro. Meios subsidiários. Casamento religioso com efeitos civis. Casamento urgente. Casamento celebrado no exterior. Prova em juízo	114
70.	<i>Posse do estado de casado</i> – Prova complementar. Pressupostos, cônjuges já falecidos, convivência, existência de prole comum. “Nominatio, tractatus et reputatio”	115
71.	<i>A regra “in dubio pro matrimonio”</i> – A dúvida a que se aplica dificuldade de provar a celebração. Inaplicabilidade à dúvida acerca da validade do casamento	116

Capítulo IX

INVALIDADE DO CASAMENTO

72.	<i>Teoria especial de nulidades</i> – Peculiaridades, inexistência de nulidades virtuais, aceitação da teoria de inexistência jurídica, causa de nulidade e de anulação, valor da boa-fé dos contraentes.	117
73.	<i>Inexistência de nulidades virtuais</i> – Nulidades textuais e virtuais, distinção. O direito matrimonial e as nulidades virtuais. A regra “pas de nullité sans text”, crítica	117
74.	<i>Casamentos inexistentes</i> – Hipótese, identidade de sexo, falta total de consentimento, falta de celebração por autoridade judiciária. Distinção entre casamento inexistente e casamento nulo. Rejeição da teoria da inexistência	119

75.	<i>Política legislativa das nulidades</i> – Orientação do legislador em Direito Matrimonial. Particularismo. Nulidade e anulabilidade. Eficácia de casamento inválido	120
76.	<i>Regras próprias</i> – Casamentos nulos e casamentos anuláveis. Provocação de efeitos do casamento nulo. Convalidação de casamentos nulos. Legitimação ativa na anulabilidade. Pronunciamento, necessidade de provocação em qualquer hipótese	121
77.	<i>Nulidade</i> – Especialização. Regime. Nulidade e impedimentos matrimoniais. Nulidades textuais do casamento. Nulidade sanável, celebração por autoridade incompetente. Ação judicial, legitimação para propô-la. Sentença, natureza, efeitos.	122
78.	<i>Casamento putativo</i> – Noção. A boa-fé. Efeitos do casamento putativo, em relação aos cônjuges e aos filhos. Efeitos em relação a terceiros. Dispensa de outras condições de putatividade.	125
79.	<i>Anulabilidade</i> – Regras próprias. Causas determinantes. Incapacidade. Vícios do consentimento. Validade pendente. Anulação e resolução. Defeito de idade. Omissão de forma habilitante. Anulabilidade relativa e absoluta. Ação judicial, limitação ativa e passiva. Sentença, natureza, efeitos. Prescrição. Prova. Casamento fictício, simulação, estado de necessidade, negócio indireto. Anulação do casamento simulado. Ampliação da área da anulabilidade	126

Capítulo X

EFEITOS DO CASAMENTO

80.	<i>Classificação</i> – Legitimação dos filhos. Estabelecimento do vínculo de afinidade: Emancipação. Direito hereditário eventual. Previdência Social. Relações pessoais e econômicas entre os cônjuges, e entre pais e filhos. Relações pessoais, direitos e deveres comuns a ambos os cônjuges, direitos e deveres próprios do marido, direitos e deveres próprios da mulher. Coabitação, fidelidade e assistência. Relações econômicas, regimes de bens.	131
81.	<i>Dever de coabitação</i> – Vida em comum, “Jus in corpus”. Débito conjugal, obrigação de satisfazer. Exercício. Sanções, desquite e sanções econômicas	134
82.	<i>Dever de fidelidade</i> – Em que consiste. Infidelidade material e moral. Infração do dever de fidelidade, o adultério. Atos libidinosos. Adultério-crime. Sanção. Elementos subjetivos e objetivos no civil.	136
83.	<i>Dever de assistência</i> – Conteúdo, ajuda e cuidados. Conteúdo ético. Dever de assistência e dever de socorro, distinção. Violação do dever de assistência, injúria grave	137
84.	<i>Deveres recíprocos implícitos</i> – Dever de sinceridade, dever de tolerância, dever de comunicação espiritual. Respeito a personalidade do cônjuge.	138
85.	<i>Direitos e deveres recíprocos na ordem patrimonial</i> – Regimes matrimoniais de bens. O dever recíproco de socorro. Dever de sustento. Alimentos	139
86.	<i>Direitos e deveres para com os filhos</i> – Sustento, guarda e educação dos filhos. Execução difusa dos encargos de família. Obrigação de prestar alimentos	139

Capítulo XI

DIREITOS E DEVERES DO MARIDO

87.	<i>O poder marital</i> – Significado da locação. Poderes históricos do marido. Chefia da sociedade conjugal. Poder decisório do marido; colaboração da mulher, intervenção do juiz.	141
-----	---	-----

88.	<i>Chefia da sociedade conjugal</i> – Hierarquia na sociedade conjugal. Poderes do chefe. Encargos. Colaboração da mulher. Sustento da família e regime de bens. Poder de administrar os bens comuns e particulares da mulher. Representação da sociedade conjugal. O poder de decidir, extensão e controle.	142
89.	<i>Obrigações do marido</i> – Dever de proteger a mulher. Obrigação de lhe proporcionar condições de existência ao nível de suas posses e recursos. Responsabilidade pelas obrigações da mulher contraídas no exercício do poder doméstico	145
90.	<i>Atos que demandam outorga uxória</i> – Alienação ou operação de bens imóveis. Agir em juízo acerca desses bens. Prestação de fiança. Doação. Outorga expressa, especificação dos atos. Forma. Consequência de falta de outorga	146
91.	<i>Suprimento judicial da outorga uxória</i> – Quando cabê. Justa recusa. Separação de fato. – Concessão por alvará	148
92.	<i>Decadência do poder marital</i> – Tendência para a equiparação dos cônjuges. Abolição do regime de comunhão. Intervenção do juiz	148

Capítulo XII

DIREITOS E DEVERES DA MULHER

93.	<i>Posição da mulher casada</i> – Inferioridade, supremacia do marido. Progressos na legislação. Novo estatuto. Novos direitos nas ordens pessoal e patrimonial	151
94.	<i>Funções da mulher na família</i> – Funções normais e funções excepcionais. Poder doméstico, a mulher dona-de-casa.	153
95.	<i>O poder doméstico</i> – Sentido da locução. A direção do lar. Delegação do marido. A explicação pelo mandato. A explicação pela representação legal. O poder da chave. Cassação. Extinção. Responsabilidade	154
96.	<i>Funções excepcionais</i> – Exercício da chefia da família, quando ocorre. Competência .	156
97.	<i>Atos dependentes de autorização marital</i> – O novo estatuto da mulher casada. Abolição da incapacidade da mulher. Supressão das restrições. Atos dependentes de autorização; atos que também não pode o marido praticar. Suprimento judicial	157
98.	<i>Autorização marital</i> – Natureza da autorização. Autorização geral. Autorização especial. Autorização prévia, conjunta, posterior. Revogabilidade	159
99.	<i>Suprimento judicial da autorização marital</i> – Em que consiste. Autorização corretiva e supletiva. Legitimação para pedi-las. Anulabilidade do ato praticado sem autorização. Quem pode alegar	160
100.	<i>Atos que independem de autorização marital</i> – Exercer o pátrio-poder sobre os filhos de leito anterior. Desobrigar ou reivindicar imóveis do casal. Anular fiança. Anular doação. Outros atos. Administração e disposição. Reivindicação de bens doados à concubina pelo marido. Exercício de profissão, oposição do marido. A fixação do domicílio conjugal	161
101.	<i>Direitos como cônjuge sobrevivente</i> – Posse dos bens até a partilha. Pressupostos do direito à posse. Mulher inventariante. Separação judicial e separação de fato. Novos direitos	163
102.	<i>Direito de usufruto</i> – Regimes matrimoniais que o determinam. Extensão do direito, fatores determinantes. Dúvidas na aplicação da lei. Incidência, limitação. Estado de viuvez, extinção do usufruto quando cessa. Natureza: legado “ex lege”	164
103.	<i>Direito de habitação</i> – Pressupostos de aquisição, regime da comunhão e imóvel único. Condições relativas ao imóvel. Estado de viuvez. Inconvenientes de sua instituição ..	168

104. *Situação da mulher após a dissolução da sociedade conjugal* – Consequência da morte do marido. Possibilidade de remaridar-se. Proibição temporária. Sanções. Proibição definitiva. A separação litigiosa, efeitos. Direito de visitar os filhos. 171

Capítulo XIII

REGIMES MATRIMONIAIS DE BENS

105. *Princípios a que se subordinam* – Que é regime matrimonial. Princípios fundamentais, variedade dos regimes, liberdade dos pactos antenupciais, imutabilidade. Inconvenientes da imutabilidade. Regime legal. 173
106. *Regime legal* – Regime da comunhão universal. Convenção. Quando se impõe. Comunicação dos aqüestos. 174
107. *Regime obrigatório* – Regime obrigatório, a separação de bens. Quando se impõe. Comunicação dos aqüestos. 175
108. *Tipos* – Regimes comunitários e regimes não-comunitários. Regime da comunhão universal. A comunhão parcial, formas. Regime da separação absoluta. Regime dotal. Regimes admitidos. 177
109. *Pacto antenupcial* – Definição. Natureza. Vinculação ao casamento. Necessidade de ser estipulado. Negócio solene, escritura pública. Capacidade para celebrá-lo. Negócio dispositivo. 177
110. *Bem de Família* – Patrimônio familiar. Bem de família, instituição. Transcrição. Impenhorabilidade. Extinção. Inalienabilidade. Patrimônio separado. 179
111. *Outros regimes* – União de bens. Administração e usufruto dos bens pelo marido. Sociedade conjugal. Participação. Separação *sui generis*. Comunhão de aqüestos. Doações antenupciais. 180

Capítulo XIV

REGIME LEGAL DA COMUNHÃO PARCIAL

112. *Regime legal* – Comunhão de aqüestos, caracterização. Coexistência de três patrimônios. Bens que compõe o patrimônio comum. Patrimônio pessoal, do marido, da mulher. Bens incommunicáveis. 183
113. *Patrimônio comum e próprio de cada cônjuge* – Bens que se comunicam. Dívidas. Administração. Bens que se excluem. 184
114. *Bens reservados da mulher* – Bens reservados, bens que os constituem. Bens reservados e parafernais. Bens reservados por permissão legal, negócio jurídico e sub-rogação. Frutos do trabalho, atividade profissional e atividade econômica. Bens reservados por sub-rogação. Bens reservados em pacto antenupcial e em testamento. Bens reservados e regimes de bens. Patrimônio autônomo da mulher. Responsabilidade da mulher casada. 185
115. *Dívidas*. Classificação. Responsabilidade. Inteligência do art. 3º da Lei nº 4.121. 188
116. *Intervenção do juiz no funcionamento do regime*. Para habilitação, suprimimento. Para autorização. 193

Capítulo XV

REGIME DA COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS

117. *Princípios* – Estado de indivisão, metade ideal. Princípios. A comunicação de todos os bens presentes e futuros. Exclusão de bens. Patrimônio comum, patrimônio do marido, patrimônio da mulher, patrimônio reservado 195
118. *Patrimônio comum* – Bens que o compõem. Aquisição na constância do matrimônio. Condomínio, administração. Dívidas, as que se excluem 196
119. *Patrimônios especiais* – Bens que os compõem. Bens incommunicáveis. Razões para a incommunicabilidade de certos bens. Cláusula de incommunicabilidade. Furtos 197
120. *Extinção* – Dissolução da sociedade conjugal. Extinção de direito e partilha. Comunhão incidente, lucros e ganhos sobrevivendo à extinção. Inventário e partilha. Posse dos bens 198

Capítulo XVI

REGIME DA SEPARAÇÃO. REGIME DOTAL

121. *Regime da separação* – Caracterização. Fontes. Separação convencional, pacto antenupcial. Separação obrigatória; quando ocorre 201
122. *Espécies de separação* – Separação pura e separação limitada. Incommunicabilidade absoluta. Comunicação dos aqüestos. Modificações consensuais 201
123. *Efeitos do regime* – Propriedade dos bens. Administração. Disposição. Dívidas. Contribuição para os encargos de família. Marido depositário de bens da mulher 202
124. *Regime dotal* – Caracterização. Dote, conceito. Natureza do regime. Consequências da afetação dos bens dotais. Quem pode dotar. Objeto do dote. Cláusulas especiais. Direitos do marido. Obrigação de restituir 203

Capítulo XVII

DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL

125. *Dissolução do casamento* – Rompimento com a morte. Anulação do casamento. Causas de dissolução da sociedade conjugal 207
126. *Dissolução pela morte de um dos cônjuges* – Estado de viuvez, efeitos jurídicos. Casamento da viúva, prazo. Morte real, morte presumida. Casamento do cônjuge do ausente 208
127. *Dissolução pela nulidade do casamento* – Invalidação do casamento. Efeito da sentença. Casamento putativo 208
128. *Dissolução pela anulação do casamento* – Anulação ou supressão do casamento? Causas de anulação. Direito. Sentença; consequências jurídicas 209
129. *Efeitos da anulação do casamento* – Guarda dos filhos 209

Capítulo XVIII

SEPARAÇÃO

130. *Generalidades* – Alterações introduzidas pela Lei nº 6.515. Nomenclatura. Requisitos. Causas peremptórias e relativas. A separação como sanção 211

131.	<i>Separação-sanção e separação-remédio</i> – Concepções da separação judicial. A separação-remédio. Intervenção do juiz. Causas da separação. A ação	213
132.	<i>Separação consensual</i> – Espécie; requerimento isolado ou conjunto. Procedimento. Motivos. Arquivamento do processo. Período de carência. A homologação. Natureza do acordo. Forma da separação. Denegação	216
133.	<i>Separação litigiosa</i> – Que é. Rito da ação; <i>legitimatio</i> . Reconvenção. Improcedência da ação; casos especiais; repercussão no casamento e na formação moral dos filhos	224
134.	<i>Separação cautelar</i> – Separação de corpos. Medida cautelar. Em que consiste a separação cautelar. Desnecessidade. O procedimento	229
135.	<i>Intervenção de advogado</i> – Permissão. Quando autorizada. Obrigatoriedade.	230
136.	<i>Partilha dos bens</i> – Oportunidade. Tendência dominante. Obrigatoriedade antes do divórcio	231
137.	<i>Reconciliação</i> – Distinção. Separação definitiva. Quando e onde deve ser requerida. Intervenção necessária do juiz. Efeitos filhos terceiros	233
138.	<i>Direito transitório</i> – Ações em curso. Sentenças já proferidas. A partilha dos bens.	235

Capítulo XIX

CAUSAS DA SEPARAÇÃO

139.	<i>Enumeração</i> – As três causas enunciadas. As causas do Código Civil. Grave violação de dever matrimonial. <i>Causa petendi</i> . Cláusula geral	237
140.	<i>Grave violação dos deveres matrimoniais</i> – Adultério; perdão. Tentativa de morte. Sevícias. “Diserteo”. Injúria grave	238
141.	<i>Conduta desonrosa</i> – Conduta desonrosa e conduta imoral. Conduta desonrosa e injúria grave. Concurso do outro cônjuge. Causa relativa	245
142.	<i>Grave doencamental</i> – Nova e causa de separação. Pressupostos. Laudo pericial. Período de carência. Quando não justifica a separação. Dever de assistência.	246
143.	<i>Perturbação objetiva do casamento</i> – A ruptura da vida em comum. Irrelevância da culpa. Requisitos. Prazo de carência. Reconstituição impossível	248
144.	<i>Repercussão na vida conjugal</i> – <i>Ratio</i> do divórcio. Intolerabilidade da continuação da vida conjugal	250

Capítulo XX

EFEITOS DA SEPARAÇÃO

145.	<i>Classificação</i> – Efeitos em relação à pessoa e aos bens dos cônjuges. Efeitos em relação aos filhos	253
146.	<i>Efeitos pessoais e patrimoniais em relação aos cônjuges</i> – Cessação de deveres matrimoniais. Extinção do regime matrimonial	254
147.	<i>Uso do nome do marido</i> – Conservação do nome. Volta ao uso do nome de solteira. Nome de casamento anterior.	257
148.	<i>Alimentos</i> – A obrigação de prestar alimentos. Pensão alimentícia; reajustamento. Distinção entre alimentos e obrigações de sustento. Alteração da pensão. Fundamento da obrigação de pagar alimentos. Alimentos e divórcio. Extinção da obrigação.	258
149.	<i>Efeitos em relação aos filhos</i> – A regra geral. Exceções; casos de separação sem culpa. Guarda dos filhos. Alimentos; dever de sustento	268

150.	<i>Direito de visita</i> – Em que consiste. O que compreende. Direito de fiscalizar.	271
------	--	-----

Capítulo XXI

CONVERSÃO DA SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO

151.	<i>Fundamento</i> – Nova concepção da separação; obrigatoriedade.	273
152.	<i>Condições</i> – <i>Legitimatío</i> , oportunidade, forma e processo.	274
153.	<i>Quem pode requerer</i> – Sistemas.	274
154.	<i>Quando pode ser requerida</i> – Prazo de carência; em duas hipóteses.	275
155.	<i>Caráter obrigatório</i> – Papel do juiz.	277
156.	<i>Efeitos</i> – Substituição da separação pelo divórcio: alimentos.	278
157.	<i>Processo</i> – Rito; recurso da sentença.	280

Capítulo XXII

DIVÓRCIO

158.	<i>A Emenda Constitucional</i> – O art. 175, § 1º da Constituição.	285
159.	<i>A lei do divórcio</i> – Divisão; casos de separação; conversão.	286
160.	<i>Conceito de divórcio</i> – Definição, fontes.	287
161.	<i>Distinções</i> – Da separação; da anulação.	288
162.	<i>Regime</i> – A solução legal.	289
163.	<i>Direito ao divórcio. Exercício, efeitos e extinção</i> – Como se exerce; a ação e a sentença; efeito principal, causas de extinção. O divórcio direto. Ruptura da vida em comum e separação de fato. Exigência de causa da separação de fato.	290
164.	<i>Limitação a um pedido de divórcio</i> – Inconstitucionalidade da proibição.	298
165.	<i>Divórcio de estrangeiro</i> – Homologação. Direito transitório.	301
166.	<i>Cessação dos efeitos civis de casamento religioso</i> – Diferença do divórcio; causa especial de ruptura.	302

Capítulo XXII

SEPARAÇÃO DE FATO

167.	<i>Conceito e espécie</i> – Que é. Elementos. Separação bilateral e unilateral.	303
168.	<i>Separação amigável</i> – Parte nula. Validade total e parcial.	304
169.	<i>Separação unilateral</i> – Separação arbitrária; separação com justa causa.	305
170.	<i>Efeitos jurídicos</i> – Em relação ao divórcio e seu dever de sustento.	306
171.	<i>A separação de fato como pré-requisito do divórcio</i>	306
172.	<i>Separação de fato e alimentos</i> – Acordo; divisão judicial.	307
173.	<i>Separação de fato e poder doméstico</i> – Interrupção; quando subsiste.	308
174.	<i>Separação de fato e pátrio-poder</i> – Representação dos filhos; exercício; responsabilidade do pai.	308
175.	<i>Separação de fato e guarda dos filhos</i> – Transferência do dever para a mãe; titularidade e exercício.	309

176. *Separação de fato e presunção de paternidade* – Presunção *juris tantum*. Adulterinidade *a matre*; possibilidade de investigar a paternidade. 309

Capítulo XXIV

PARENTESCO

177. *Espécies* – Vínculo do parentesco. Espécies: legítimo, natural, civil. Parentesco simples e duplo. Limitação. Importância prática. 311
178. *Linhas e graus* – Como se conta o parentesco. Linha reta e linha colateral. Parentescos em linha reta. Linha reta ascendente e descendente. Parentesco em linha colateral. Grau – Que é. Contagem, *computatio civil* e *computatio canonica*. Regras. Parentesco igual e desigual. Linha colateral dúplice. Parentesco espiritual. 312
179. *Representação gráfica do parentesco* – Parentesco em linha reta. Afinidade. 314
180. *Parentesco legítimo* – Fontes, matrimônio válido, casamento putativo, legitimação, adoção, legitimação adotiva. Consangüinidade. Regras. 316
181. *Parentesco ilegítimo* – Filiação natural e espúrea. Filiação não reconhecida. Filiação incestuosa. Filhos adulterinos antes da dissolução da sociedade conjugal do genitor. . . 316
182. *Parentesco civil* – Filho adotivo. Limitação do parentesco civil por adoção. Parentesco de superposição. Parentesco proveniente de legitimação adotiva. 317
183. *Afinidade* – Definição. Fonte. Afinidade ilegítima. Natureza do vínculo. *Computatio*. Linha reta, linha colateral. Sobrevivência à morte do cônjuge. Incesto. 318

Capítulo XXV

FILIAÇÃO LEGÍTIMA

184. *Fontes da filiação legítima* – Filhos legítimos de origem e filhos legitimados. Filhos concebidos antes e durante o casamento. Gravidez prematura e aceitação marital. Presunções de legitimidade. O critério da concepção. Casamento putativo e legitimidade. 321
185. *Pressupostos e requisitos* – Pressupostos, casamento válido dos pais, maternidade, paternidade. Época da concepção. A presunção “*pater is est*”. Fundamento das presunções de legitimidade. Contagem dos prazos. Legitimação. Filho nascido no prazo de viuvez. 322
186. *Prova* – Certidão de nascimento. Registro, cancelamento. O assento em livro próprio. Omissão ou defeito do termo. Outras provas. 323
187. *Posse do estado de filho* – Que é. Como se constitui. Circunstâncias, nome dos pais, tratamento como filho, reconhecimento geral. Admissibilidade. Ação para provar a filiação legítima. Presunção de legitimidade. 324
188. *Presunção de paternidade* – Presunção “*pater is est quem nuptiae demonstrant*”. Coabitação e fidelidade da mulher, reconhecimento implícito. Natureza da presunção. Caráter imperativo da regra. Fecundação artificial. 325
189. *Ações de estado* – “*Status familiae*”, cônjuge e filho. Reclamação do estado de filho. Filiação legítima, ações: contestação de paternidade, impugnação de legitimidade, prova da filiação legítima. 326
190. *Contestação da paternidade* – Destruição da presunção da paternidade. Inadmissibilidade da contestação por simples declaração do pai. Contestação por prova contrária. Ação de contestação, fundamentos. Impossibilidade de relações sexuais. Separação legal. Ocultação do parto; adultério. Legitimação ativa. Decadência do direito de

contestar. Legitimação passiva. Provas, a prova de sangue. Consequências jurídicas da contestação procedente	326
191. <i>Impugnação de legitimidade</i> – Impugnação ao vínculo de paternidade. Impugnação de paternidade, impossibilidade. Fundamentos da ação. Falsidade ideológica do registro, impugnação admitida quanto à paternidade	329
192. <i>Ação de prova da filiação legítima</i> – Reclamação pelo filho de sua legitimidade. Quem pode propor a ação. Imprescritibilidade. Irrenunciabilidade. Distinção da retificação de registro	330

Capítulo XXVI

LEGITIMAÇÃO

193. <i>Conceito e fundamento</i> – Conceito. Efeito da legitimação. Fundamento do favor legal ..	331
194. <i>Legitimação no direito romano</i> – Espécies, oblação à cúria, subsequente casamento, rescrito do príncipe, testamento.	332
195. <i>Pressupostos</i> – A existência de filhos extramatrimoniais e o casamento subsequente dos pais. Inexigibilidade do reconhecimento. Legitimação e presunção de legitimidade. O favor legal é de ordem pública.	332
196. <i>Formas</i> – Matrimônio subsequente dos pais. Rescrito do príncipe. Casamento “in extremis”. Declaração de legitimidade. Legitimação “post mortem”.	333
197. <i>Efeitos</i> – Conversão da filiação ilegítima em filiação legítima. Eficácia “ex nunc”. A quem aproveita. Casamento nulo. Impugnação da legitimação. Ação do filho	334
198. <i>Filiação legítima</i> – Filhos simplesmente naturais. Filhos adulterinos. Legitimação e reconhecimento. Oposição à legitimação dos filhos espúrios. Filhos adulterinos e condenação por adultério. Morte de filho antes do casamento dos pais.	335

Capítulo XXVII

FILIAÇÃO NATURAL

199. <i>A equiparação</i> – Indistinção entre filhos legítimos e ilegítimos; Filhos ilegítimos; naturais, adulterinos, incestuosos. Reconhecimento, distinções	339
200. <i>Reconhecimento</i> – Definição. Espécies, reconhecimento voluntário ou perfilhação. Reconhecimento judicial. Perfilhação: ato livre, pessoal, “legitimus”, irrevogável. Confissão. Reconhecimento coativo, ação investigatória, sentença	341
201. <i>Reconhecimento voluntário</i> – Reconhecimento conjunto ou separado. Capacidade para reconhecer. Forma, declaração no termo de nascimento, escritura pública, testamento. Reconhecimento nulo ou anulável, causas. Reconhecimento do filho maior, consentimento. Reconhecimento do filho menor, de nascituro, de filho falecido	342
202. <i>Reconhecimento judicial</i> – Permissão para investigar a paternidade. Limitação dos casos. Facilidade da investigatória. Extensão da sentença. Pressupostos de admissibilidade, sistema da enunciação taxativa, sistema da livre propositura. Efeitos da declaração judicial	345
203. <i>Investigação da paternidade</i> – A ação investigatória. Pressupostos de admissibilidade. Escrito do pretense pai, afirmação precisa, formal e série. Concubinato, convivência habitual, contínua e duradoura. Rapto; sedução. Relações sexuais, controvérsias. Indisponibilidade e imprescritibilidade da ação. Legitimação processual	347

204. *Defesa e prova* – A “*exceptio plurium concubentiam*”. Má conduta notória da mãe. Impossibilidade física de ser o demandado o pai do demandante. Exames: antropométrico, antropocinético, semiológico e hematológico. Grupos sanguíneos 353
205. *Investigação de maternidade* – Casos em que é proibida. Raridade da ação. Legitimação processual. Sentença, efeitos 356

Capítulo XXVIII

FILIAÇÃO ESPÚRIA

206. *Filhos espúrios* – Incesto e adultério, fontes da filiação espúria. Impedimento de casamento dos pais. Proibição de reconhecimento. Alimentos 359
207. *Filhos adulterinos* – Filho de homem casado com mulher casada. Filho de homem casado e mulher “*ex soluta*”. Filho de homem “*ex soluto*” e mulher casada. Adulterinidade bilateral e unilateral. Questões. Bipartição do estado. Adulterinidade “*a matre*”. Filho de desquitado. Filho de pessoa separada de fato 360
208. *Classificação das legislações* – Os três grupos. O grupo das que proíbem o reconhecimento e o das que o autorizam em determinadas circunstâncias. Diferença entre o reconhecimento do filho natural e do filho adulterino; oportunidade e eficácia 361
209. *Reconhecimento voluntário dos filhos adulterinos* – Regras a que se sujeita. formas. Pressupostos. A dissolução da sociedade conjugal. Dissolução pelo desquite. Dissolução por morte de qualquer dos cônjuges. Nulidade e anulação do casamento. Legitimação para o reconhecimento. Filhos reconhecíveis 362
210. *Investigação de paternidade* – Fundamentos da ação. Concubinato. Rapto. Relações sexuais. Ação declaratória negativa de paternidade. Legitimação processual 364
211. *Efeitos do reconhecimento* – O estado de filho adulterino. Direito à criação e educação. Alimentos, nova lei. Alimentos provisionais. Nome do pai. Direito hereditário 364
212. *Direito hereditário do filho adulterino* – Participação na herança a título de amparo social. Participação a título de alimentos. Direito hereditário, legado “*ex lege*”. A condição de herdeiro necessário. Exclusão da sucessão, deserção e indignidade. Ação de petição de herança. Concurso do adulterino com o legítimo. Concurso de vários adulterinos com vários legítimos. Fórmulas, de Roguin, de Miliot Maderan. Pai casado pelo regime da separação de bens. Princípio da reciprocidade 365
213. *Filhos incestuosos* – Quem é filho incestuoso. Caracterização do incesto. Reconhecimento pelos genitores simultâneos e sucessivamente. Nulidade. Incesto no momento da concepção. Proibição do reconhecimento 366

Capítulo XXIX

FILIAÇÃO ADOTIVA

214. *Conceito e antecedentes históricos* – Conceito. Finalidade. Vantagens e inconvenientes. A adoção no direito romano, a “*datio in adoptionem*”, a “*arrogatio*”. Processos de realização 369
215. *Natureza jurídica* – Negócio jurídico de natureza contratual. Exigência da homologação pelo juiz. Concepção publicista. Instituição de base contratual. Conceito de direito familiar 371

216.	<i>Requisitos</i> – Idade mínima do adotante. Diferença de idade. Inexistência de prole. Consentimento. Escritura pública. Período de carência. Diferença mínima de idade. Representante legal do adotado, consentimento. Desnecessidade de outorga uxória. Adoção por marido e mulher. Nulidade e anulação de adoção. Processo para adotar, inexistência de homologação judicial. Escritura pública. “Actus legitimus”. Condição e termos, têm-se por não escritos. Averbção do instrumento público	372
217.	<i>Quem pode adotar e ser adotado</i> – Capacidade do adotante, idade. Pessoas que não podem adotar. Filhos legítimos, naturais, espúritos. Adoção do filho ilegítimo pelo próprio pai. Várias adoções. Superveniência de filho consanguíneo	374
218.	<i>Efeitos</i> – Efeitos pessoais e patrimoniais. Atribuição de legitimidade ao adotado. Permanência dos laços naturais de parentesco. Pátrio-poder. Limitação do parentesco. Sobre-nome do adotante. Dever de sustento. Sucessão do filho adotivo.	375
219.	<i>Extinção</i> – Mútuo consentimento. Revogação. Forma da dissolução voluntária do vínculo. Ruptura unilateral. Causas. Ação revocatória	377
220.	<i>Adoção simples</i> – Menores em situação irregular. Estágio de convivência. Processo. Autorização judicial.	378

Capítulo XXX

ADOÇÃO PLENA

221.	<i>Generalidades</i> – Definição. Requisitos intrínsecos e extrínsecos. Traços característicos. Irretratabilidade. Rompimento do vínculo familiar. Efeitos. Em que se distingue da adoção simples ou restrita	379
222.	<i>Pressupostos e requisitos</i> – Em relação aos adotantes e em relação ao adotado. Requisito extrínseco, processo judicial. Novo registro	380
223.	<i>Requisitos relativos aos adotantes</i> – Adoção conjunta de um casal unido. Exclusão dos separados de fato. Inexistência de prole legítima e consanguínea. Inexistência de limite de idade. Consentimento	381
224.	<i>Requisitos relativos ao adotado</i> – Menores de menos de 7 anos de idade. Estágio probatório. Sentença	382
225.	<i>Forma</i> – Sistemas, homologação e sentença constitutiva. Preferência pelo ato judicial. Papel do juiz. Natureza da sentença. Impossibilidade de revisão.	383
226.	<i>Efeitos</i> – Ordem de efeitos: entre o adotado e os adotantes, entre o adotado e os parentes dos adotantes. Quando começam. A condição de filho legítimo. Nome. Substituição do prenome. Direito hereditário. Laços de parentesco.	384
227.	<i>Controvérsias</i> – Precauções para obstar o conhecimento da verdadeira condição do filho. Conveniência da revelação. Extensão dos efeitos.	384
228.	<i>A adoção plena no direito positivo</i> – Quem pode adotar. Quem pode ser adotado. Censuras à lei	386

Capítulo XXXI

PÁTRIO-PODER

229.	<i>Generalidades</i> – A quem cabe. Exercício no interesse do filho. Evolução, limitação temporal, limitação dos direitos paternos, colaboração do Estado. Faculdade e necessidade, direção-função, poder-dever. Atributos concernentes à pessoa e ao patrimônio do filho	389
------	---	-----

230.	<i>A quem compete o pátrio-poder</i> – Competência conjunta do pai e da mãe. Exercício. Hipótese-padrão. Situações patológicas. A colaboração da mulher. O pátrio-poder no desquite. Filho adotivo. Pátrio-poder e filiação ilegítima. Mãe binuba	390
231.	<i>Atributos do pátrio-poder</i> – Atributos em relação à posse e aos bens dos filhos. Guarda, educação e correição. Prerrogativas especiais. A representação legal. Na ordem patrimonial, administração e usufruto dos bens dos filhos. Dever de obediência.	394
232.	<i>Atributos na ordem pessoal</i> – Aspectos fundamentais. Guarda e companhia, direito de vigilância, domicílio do menor, dever, abandono de família. Educação, direito e dever dos pais. Direito de correição, poder disciplinar. Controle do Estado	395
233.	<i>Atributos na ordem patrimonial</i> – O poder de administração. Disposição dos bens do filho. Usufruto, bens excluídos	396
234.	<i>Suspensão do pátrio-poder</i> – Quando se verifica. Casos, abuso de poder, condenação, abandono, interdição, ausência. Efeitos	397
235.	<i>Extinção do pátrio-poder</i> – Morte do pai ou do filho. Emancipação e maioridade. Causas e cessação e de perda. Casos de perda. Destituição, ação judicial. Reintegração. Substituição por tutor. Delegação do pátrio-poder	398

Capítulo XXXII

TUTELA

236.	<i>Tendências da evolução do instituto</i> – Assistência e representação de menores. Estrutura de caráter jurídico-familiar. A tutela. Tendência estatista. Política assistencial do Estado moderno. Tutela unipessoal e tutela profissional	401
237.	<i>Generalidades</i> – Definição de tutela. Tutor e pupilo. Mistérios do tutor. Regência da pessoa do menor. Representação legal. Quando os menores são postos em tutela. Múnus público e inspeção do juiz	402
238.	<i>Espécies de tutela</i> – Tutela. Testamentária, legítima e dativa. Quem pode nomear tutor em testamento. Ordem de assunção na tutela legítima. Tutela irregular	403
239.	<i>Caracteres</i> – Poderes do tutor. Múnus obrigatório, gratuito e indivisível. Escusas. Dispensa. Gratificação. Poder uno e indivisível, síntese de faculdades	404
240.	<i>O tutor</i> – O órgão da tutela. <i>Produtor</i> . Substituição do tutor. Exercício pessoal da tutoria. Investidura, compromisso. Responsabilidade do tutor	405
241.	<i>Inaptidão para o exercício da tutela</i> – Idoneidade para ser tutor. Conduta irrepreensível. Causas de incapacidade. Quem não pode assumir o múnus. Dispensa	407
242.	<i>Proibições legais</i> – Proibição de praticar certos atos. Atos defesos. Incapacidade ou falta de legitimação. Nulidade dos atos de desobediência	408
243.	<i>Escusa e dispensa</i> – Recusa da tutela. Escusas legais, motivos circunstanciais. Exercício do direito à escusa, caducidade. Direito à dispensa	409
244.	<i>Exercício da tutela</i> – Controle judicial, preventivo e repressivo. Autorização do juiz para a prática de certos atos. Garantia da tutela. Aprovação de atos do tutor. Falta de autorização judicial	410
245.	<i>Exercício da tutela quanto aos bens</i> – Administração dos bens. Inventário. Avaliação, garantia hipotecária. Aplicação do dinheiro do menor, modo de aplicação. Limitações.	411
246.	<i>Garantia da tutela</i> – Segurança pupilar. Exigências, hipoteca legal, caução. Responsabilidade subsidiária	412

247.	<i>Prestação de contas</i> – Obrigatoriedade. Objetivo da exigência. Prestação submetida ao juiz. Balanço, prestação preparatória. Obrigação do tutor. “Actio tutelae directa” e “actio tutelae contraria”	413
248.	<i>Tutela dos menores abandonados</i> – Regras especiais. Tutela regida pelo Código de Menores. Particularidades	414
249.	<i>Cessaç�o da tutela</i> – Motivos relativos à condi��o do pupilo e às fun��es do tutor. Causas extintivas, morte do pupilo, maioridade, p��rio-poder superveniente. Quando cessa a tutoria. Remo��o do tutor	414

Capítulo XXXIII

CURATELA

250.	<i>Generalidades</i> – Fim. Instituto aut��nomo. Alcance. Curatela de adultos incapazes. O curador. O interdito. Distin��o da tutela	417
251.	<i>Esp��cies de curatela</i> – Curatela dos psicopatas. Curatela dos surdos-mudos. Pr��digos. Toxic��manos. Curatela do nascituro. Curatela do ausente. Curadorias especiais. “Defensor matrimonii”	418
252.	<i>Curatela dos adultos incapazes</i> – Quais adultos se sujeitam. A interdi��o. Curatela dos surdos-mudos. Regras especiais da curatela dos pr��digos. Regras concernentes aos toxic��manos	419
253.	<i>Interdi��o</i> – Rito do processo. Nomea��o do curador. Curadoria do c��njuge. Curatela limitada. Legisla��o processual	421
254.	<i>Regime legal da curatela</i> – Aplica��o adequada das regras da tutela	422
255.	<i>Curatela do nascituro</i> – Quando se d��. Filho p��stumo. Curatela extensiva.	423
256.	<i>Curatela do ausente</i> – Que �� aus��ncia. Os tr��s per��odos. Legitimados a requer��-la. Quando se justifica a nomea��o. Sucess��o provis��ria. Extin��o	423

Capítulo XXXIV

ALIMENTOS

257.	<i>Generalidades</i> – Defini��o. Acep���es do termo. Fontes da obriga��o alimentar. Legado de alimentos? Presta��o indenizatri��. Doa��o.	427
258.	<i>Conceito de obriga��o de prestar alimentos</i> – Obrig��o alimentar e dever de sustento. Pressupostos da obriga��o alimentar. Fundamento.	428
259.	<i>Pressupostos da obriga��o de prestar alimentos</i> – V��nculo de fam��lia. Miserabilidade do alimentando. Recursos do alimentante. Alimentos e parentesco. Pressuposto de exigibilidade, necessidade. Posses do alimentante	429
260.	<i>Caracteres do direito �� presta��o de alimentos</i> – Direito pessoal, intransfer��vel, irrenunci��vel, imprescrit��vel, impenhor��vel. Direito personal��ssimo e direito patrimonial.	431
261.	<i>Caracteres da obriga��o de prestar alimentos</i> – Condicionabilidade. Variabilidade. Reciprocidade. Varia��o quantitativa. Obriga��es que n��o s��o rec��procas	433
262.	<i>Natureza do direito �� presta��o de alimentos</i> – Posi���es da doutrina, direito pessoal extrapatrimonial, direito patrimonial, direito de conte��do patrimonial e finalidade pessoal	435
263.	<i>Sujeitos da obriga��o</i> – O alimentando e o obrigado ou alimentante. Pessoas que podem figurar como sujeitos ativo e passivo da obriga��o alimentar; categorias	436

264.	Obrigações dos cônjuges e parentes – Obrigação alimentar na separação judicial, na separação de fato e na separação de corpos. Dever de sustento e pensão de alimentos. Quando cessa a obrigação. Obrigação dos pais; filhos ilegítimos, filho adotivo. Falta dos pais, quem deve. Irmãos	438
265.	<i>Modo de satisfazer a prestação alimentar</i> – Pensão. Alimentos “in natura”. Obrigação alternativa. A quem cabe a escolha. Conteúdo da prestação. Capital frutífero. Desconto. . .	442
266.	<i>Inadimplemento da obrigação</i> – Sanções. Medidas de caráter preventivo. Sanções penais. Delito de abandono de família. Prisão do devedor.	444
267.	<i>Ação de alimentos</i> – Reunião dos pressupostos do direito. Momento do exercício da pretensão. Rito da ação. Alimentos provisionais. Conciliação. Condenação, desconto. Revisão da sentença. Majoração, quando começa a vigorar	445
	<i>Extinção da obrigação alimentar</i> – Morte do alimentário ou do alimentante. Desaparecimento de um dos pressupostos do direito. Ingratidão de alimentário	447
	Índice Alfabético-Remissivo	449